BIBLIOTECAS ESCOLARES: UMA REALIDADE DINÂMICA

por: Margarida Toscano
Coordenadora inter-concelhia da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)

Em meados da década de 90, as bibliotecas existentes nas escolas viviam no estado de «apagada e vil tristeza»

Antes da Rede de Bibliotecas Escolares

Em meados da década de 90, as bibliotecas existentes nas escolas viviam no estado de *«apagada e vil tristeza»* que Isilda Garraio e António Calixto descrevem em termos como estes: espaços inadequados; utilização da biblioteca como sala de aulas, de reuniões ou de actividades extra-curriculares; fundo documental insuficiente, inadequado e desactualizado; professores responsáveis apenas com duas horas semanais e sem qualquer formação específica; falta de documentos reguladores do funcionamento e uso da biblioteca; inexistência de catálogos actualizados...

Os primeiros concursos para implementação de uma rede de mediatecas escolares, visando a modernização das bibliotecas tradicionais, realizaram-se ainda nos anos 90. O projecto, inovador, teve alguma dinâmica inicial mas acabou quase por se limitar a um acrescento de equipamento nas escolas contempladas. O que é que faltou? Essencialmente, um projecto pedagógico global de integração dos novos recursos e os incentivos a uma adequada formação dos professores para a inovação.

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares

Princípios Fundamentais

1. A biblioteca como centro de aprendizagem - Nas actuais sociedades de informação e comunicação, é imperioso que os nossos estudantes adquiram competências sólidas de leitura, de pesquisa e tratamento autónomo da informação em todos os suportes. Logo, as bibliotecas não podem constituir um mero acrescento de recursos para as escolas. As bibliotecas escolares são locais privilegiados para estimular a aprendizagem e o gosto pela leitura e para promover as diferentes literacias - de informação, visual, tecnológica....

2. A formação de recursos humanos - A complexidade do mundo em que vivemos não se compadece com a falta de informação e conhecimento de planificação e de controlo, com modelos de acção demasiado rígidos e avessos à inovação, com empirismo e amadorismo. A Escola não é o mundo mas, como

nos diz Hannah Arendt, «representa de certa forma o mundo», não podendo ignorar os seus efeitos e exigências.

3. As alianças e parcerias - Em primeiro lugar, torna-se necessária a aliança dos órgãos de gestão (Conselhos Executivos, Coordenações das EB1) para, não obstante os constrangimentos, valorizarem suficientemente a biblioteca proporcionando-lhes equipas competentes, motivadas e estáveis. Depois, dos Conselhos Pedagógicos e de todos os docentes interessados em usar a biblioteca nas suas práticas lectivas. Fora da Escola, é fundamental a parceria no seio do Agrupamento, com as Direcções Regionais de Educação, as Autarquias e as Bibliotecas Municipais/Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (BM/SABE).

4. O acesso universal - Num país onde os bens materiais e culturais não são abundantes, num país com falta de qualificações técnicas e científicas e assimetrias sócio-económicas acentuadas, as bibliotecas escolares querem proporcionar a todos, crianças e jovens, o acesso aos livros, a revistas, a filmes, ao computador, à Net... Criar as condições para nenhuma criança ou jovem seja privado do prazer de ler ou de navegar pela Net. Proporcionar-lhes mais instrução, cultura e autonomia para que possam continuar a aprender ao longo da vida, usufruir de maior liberdade de escolha e de melhores empregos.

Últimos Desenvolvimentos do Programa

Desde o início do Programa, em 1996, a RBE instalou de Norte ao Sul do país, em parceria com as Direcções Regionais de Educação e as Autarquias, estas últimas sobretudo no que às EB1/JI diz respeito, perto de 1900 bibliotecas escolares. Mas outras medidas em prol da consolidação do Programa têm surgido:

- O art. 8º do Despacho 13599/2006, que define o crédito horário do coordenador da BE, a composição, competências e funções da equipa a seleccionar;
- A formação prioritária em 2007 no domínio das bibliotecas, leitura e literacias, dirigida às equipas, professores, órgãos pedagógicos e de gestão. Foram certificadas e financiadas cerca de 600 acções;
- O acompanhamento no terreno das bibliotecas escolares por colaboradores do Gabinete, cujo número cresceu significativamente nos últimos 3 anos e que trabalham em colaboração estreita com as instituições parceiras, particularmente com as BM e os bibliotecários responsáveis pelo SABE;
- O Plano Nacional de Leitura que, sendo um programa autónomo, se tem apoiado essencialmente nas bibliotecas escolares e veio proporcionar-lhes mais livros e mais actividades em torno da promoção da leitura.
- A existência de professores coordenadores a tempo inteiro em algumas Escolas/Agrupamentos, uma experiência piloto que, cremos, se irá progressivamente alargando.

A Rede Concelhia

Na Amadora, a integração de Escolas na RBE dá-se a partir de 1997. A cobertura actual da RBE (ver quadro), incluindo três EB2/3 em fase de integração, abrange 72% da população escolar do concelho. Ao nível do 1º ciclo a cobertura é significativamente inferior ao dos outros ciclos e do secundário, o que acontece não só na Amadora mas na totalidade do país. A rede escolar de EB1/JI é, em todos os concelhos, bastante maior e mais diversificada do que a dos outros níveis de ensino, existindo mesmo Escolas cuja dimensão não justifica o investimento numa biblioteca, sendo preferível encontrar soluções ao nível do agrupamento. Por exemplo, dotar a Escola sede de condições para fornecer às escolas mais pequenas serviços de biblioteca.

Em termos financeiros, o investimento RBE na Amadora ultrapassa até agora os 232.000 EUR, não contabilizando as verbas da DRELVT e da Autarquia dirigidas à criação e requalificação de espaços, nem os custos das novas Escolas em fase de integração - EB23 de Alfornelos, EB23 José Cardoso Pires e EB23 Roque Gameiro. A Câmara Municipal também mantém, desde 2001, um SABE - Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares - cuja esfera de acção não se limita às EB1 mas se estende às EB23 e Secundárias e para as quais o apoio dado no tratamento técnico dos documentos e na formação das equipas coordenadoras tem sido precioso.

REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES NA AMADORA

TIPO DE ESCOLAS	Nº DE ESCOLAS	ESCOLAS NA RBE	ESCOLAS RBE %
EB1/JI	30	7	23%
EB 2/3	9	9	100%
SEC/23	6	5	83%
TOTAIS	45	21	47%

No 1º CEB, com excepção da EB1 Aprígio Gomes, todas as escolas integram bibliotecas escolares/centro de recursos devidamente apetrechados

Uma rápida apreciação de conjunto a partir da nossa experiência no terreno, permite-nos afirmar que já estamos longe da *«apagada e vil tristeza»* que referimos no início, embora o panorama nos coloque ainda algumas questões, em certa medida agravadas pelas mudanças que as escolas têm vindo a sofrer nestes últimos dois anos e em relação às quais todos estamos a fazer um percurso de aprendizagem.

Ao nível do espaço, a maioria das escolas, em articulação com a DRELVT ou a Autarquia, encontrou soluções suficientes ou bastante razoáveis.

Em termos de equipamento informático, mobiliário e fundos documentais, persiste alguma disparidade entre as bibliotecas. No que respeita ao primeiro, a RBE não tem intervenção significativa. Já em relação ao mobiliário e fundo documental, sofrem obviamente de maiores carências aquelas que foram integradas há mais anos na RBE. Neste momento essas bibliotecas estão identificadas e é intenção do Gabinete da RBE atribuir-lhes, oportunamente, o reforço financeiro que permita adequá-las aos padrões de qualidade que têm sido apanágio do programa.

As preocupações maiores - que vamos partilhando nas nossas visitas e reuniões com as Escolas/Agrupamentos - prendem-se sobretudo com a constituição das equipas e/ou colaboradores e com a utilização que ultimamente começou (ou recomeçou) a ser dada às bibliotecas. É verdade que de modo algum afectam todas as escolas e que não são uma particularidade da Amadora. Mas, mesmo que só afectem uma minoria, são questões recorrentes em todos os concelhos e, embora de modo distinto, em todos os níveis de ensino.

No 1º ciclo, a monodocência impediu a atribuição aos professores de um crédito horário para coordenação da biblioteca, o que coloca às Escolas/Agrupamentos problemas em encontrar um coordenador e ainda mais em constituir uma equipa, sobretudo se não tiverem professores sem componente lectiva. A ausência ou precariedade das funções de coordenação tem conduzido muitas bibliotecas, geralmente também sem auxiliar de acção educativa, a situações de subaproveitamento, uso menos adequado e até perdas patrimoniais, questões que pensamos merecerem alguma reflexão aos vários níveis de responsabilidade.

Uma situação nova para algumas bibliotecas das EB1 surgiu com a sua ocupação mais ou menos intensiva pelas Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Tal como estabelecido no Despacho 12.591/2006, as bibliotecas também podem ser espaços para o desenvolvimento das AEC e, efectivamente, em diversas actividades e circunstâncias, esse uso pode revelar-se pertinente. Mas convém não esquecermos que, tal como um laboratório ou um ginásio, o espaço biblioteca possui certas particularidades e condicionantes. A sua utilização para o desenvolvimento de AEC ou outras actividades complementares deve pautar-se por critérios de adequação à especificidade dos objectivos, recursos e organização em áreas funcionais da biblioteca, assim como pela responsabilização dos intervenientes na conservação de equipamentos e materiais.

Do ponto de vista da RBE, a instalação de bibliotecas nas EB1 deve servir em primeiro lugar para que todos os professores possam deslocar-se à biblioteca com a sua turma, para actividades de leitura e/ou pesquisa de informação e ainda para assegurar o serviço de requisição domiciliária. Destina-se ainda a fomentar a autonomia dos alunos - uma autonomia a construir à medida de cada idade - através da organização do espaço e do livre acesso aos documentos, especialmente aos livros.

Transitando para as escolas básicas do 2º e 3º ciclos e escolas secundárias, verificamos existir uma certa estabilidade no cargo de coordenador e a tendência para que isso também ocorra com outros membros da equipa. Em 2007, só dois coordenadores possuíam apenas um ano de experiência no cargo; todos os outros já tinham 4 ou mais anos de experiência. Em relação aos professores colaboradores, pela informação recolhida também em 2007, estimamos que aproximadamente 50. % das bibliotecas RBE do concelho possuíam um número de colaboradores superior a 10. Na falta de auxiliares de acção educativa, é uma solução para assegurar o funcionamento da biblioteca em certas horas do dia. Fora isso e acrescentando que muitos professores colaboradores só dispõem de 1 a 2

tempos lectivos dispersos, o que não chega para realizar praticamente nada, ficamos com uma ideia de como será difícil que um número elevado de colaboradores constitua uma mais valia para a biblioteca e a sua coordenação.

Com as aulas de substituição houve escolas que não resistiram a enviar turmas inteiras para a biblioteca. Algumas recuaram depressa, ao verem a desorganização que isso causava. Outras persistiram. Neste momento não conseguimos contabilizar quantas Escolas da Amadora passaram ou ainda passam por isso. Mas a perspectiva que sempre defendemos é a de que as aulas de substituição na biblioteca exigem actividades e materiais antecipada e especificamente preparados.

Em relação à formação na área das Bibliotecas Escolares, salientamos que, neste momento, todos os coordenadores possuem formação contínua. As reuniões concelhias de Bibliotecas iniciadas em 2007, com a presença de coordenadores, por vezes um segundo elemento das equipas, e as responsáveis pelo SABE e pela RBE concelhia, têm servido igualmente para a formação informal inter-pares. Em 2006-2007, as questões do tratamento documental foram dominantes. Este ano lectivo diversificaram-se os assuntos: Política Documental, Bibliotecas Digitais e Literacias, este último tema ainda a abordar na reunião do 3º período. A formação contínua em Bibliotecas prosseguirá em 2008, com a particularidade de se alargar aos funcionários auxiliares.